

## ***Melhorar as competências de leitura na Europa - que caminhos?***

Regina dos Santos Duarte  
Plano Nacional de Leitura

A literacia tem sido um mandato basilar em todos os sistemas educativos mundiais, no centro dos programas de estudos ainda antes de estes serem formalizados como tal. A literacia de massas, na Europa, antecede o ensino obrigatório, no século XIX.

Ao nível europeu, passou a considerar-se que todos os cidadãos escolarizados são alfabetizados. No entanto, a compreensão do material escrito exige competências mais complexas do que apenas a capacidade técnica de decifrar o código. Já no século XX, e nas últimas décadas, a União Europeia assumiu como um objetivo de desenvolvimento estratégico a subida dos níveis de literacia. O Quadro Estratégico para a Educação e Formação definiu como meta menos de 15% de baixos desempenhos em literacia até 2020.

A compreensão dos textos exige competências de análise, interpretação, inferências, comparação e contraste, predição e confirmação, resolução de problemas, todas elas de nível cognitivo mais elevado e que pressupõem o trabalho, em situação formal de ensino, de estratégias explícitas de leitura.

Para além destas competências, é ainda considerado essencial o envolvimento na leitura, ou empenho, que decorre de questões de motivação e que permite distinguirmos os que sabem ler daqueles que são leitores. Nos currículos de todos os países da Europa encontramos a existência de orientações para a alfabetização, a começar no pré-escolar, mas também para o desenvolvimento de competências de compreensão da leitura e para o envolvimento na leitura.

No entanto, e apesar da presença central da literacia nos currículos, o desempenho dos alunos europeus continua a ser desigual quando testadas as suas competências de leitura. Os resultados comparativos do PISA (Programme for International Student Assessment) são poderosos indicadores para políticas educativas, e são sempre muito mediatizados, dado que, ao colocarem os países num *ranking* por comparação com a média da OCDE, permitem destacar os casos de sucesso e o seu oposto. Dos dez países com melhores resultados, a nível mundial, apenas cinco são europeus (PISA 2018): Estónia, Finlândia, Irlanda, Polónia e Suécia.

O PISA de 2018 também nos leva a questionar a estabilidade dos resultados e a necessidade de medidas de intervenção e de programas à escala nacional. Para além de haver descidas que são consideradas preocupantes, como é o caso da Holanda, pela primeira vez abaixo da média da OCDE em leitura, há ainda muitas dificuldades de leitura reportadas, mesmo em países que pontuam acima da média, de forma sistemática.

No caso da Finlândia, por exemplo, que continua a pontuar no topo dos bons desempenhos, os resultados de 2011 demonstraram que apresenta os segundos mais baixos níveis de motivação para a leitura, entre 45 países.

No caso de Portugal, a partir de 2006 foram introduzidas várias medidas como: a criação do Plano Nacional de Leitura (PNL); o Programa Nacional para o Ensino do Português (PNEP); a publicação de materiais didáticos e de orientações para os professores de português; as alterações ao currículo; a introdução de orientações para a educação pré-escolar, em 2016. O trabalho continuado de formação de professores, acompanhado de documentos orientadores consistentes e de planos de implementação com medidas sustentadas ao longo de vários anos, levou a uma subida dos níveis de literacia que pareciam ser uma condenação. Em 2015, Portugal sai do grupo dos países com os resultados mais baixos da OCDE e passa a pontuar acima da média, trajetória crescente que se tem confirmado e constituído caso de referência a nível mundial.

Vencida a primeira etapa do desafio, importa agora concentrarmo-nos em intervenções mais focadas, e destinadas a eliminar as dificuldades que persistem. As provas de aferição mostram que os alunos portugueses revelam dificuldades em retirar informação implícita num texto, em avaliar a adequação da linguagem num texto ou as relações lógicas nele estabelecidas. (Instituto de Avaliação Educativa, IP, 2021).

Nesse sentido, e no que concerne à missão do Plano Nacional de Leitura para o contexto educativo, importa garantir que as medidas e projetos se realinham em função destas dificuldades diagnosticadas e que o PNL se constitui como um parceiro que apoia os agentes educativos na definição de percursos didáticos e de promoção da leitura que resolvam as necessidades de cada agrupamento ou região, e que

recorre também ao seu saber especializado para colaborar na monitorização e reajustamento destes percursos.

Para tal, contamos com a colaboração decisiva de especialistas da área, de investigação que acompanhará os projetos em curso e também do conhecimento do terreno dos professores, que, em trabalho colaborativo e multidisciplinar, contribuirão para o desenvolvimento de competências de leitura complexas e para uma maior motivação para a leitura, a nível nacional.